

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,
REALIZADA NO DIA TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE-----

----- ATA NÚMERO QUINZE-----

----- (Mandato 2013-2017)-----

----- Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e quinze reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado por José Alberto Conceição Reis, Primeiro Secretário, e Valdemar António Fernandes Abreu Salgado, Segundo Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda, Mário Rui Peixoto dos Reis Costa, José Maria Lucas da Silva e André Manuel Rabaça Bernardo. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** - Armando Dias Estácio, Joaquim Maria Fernandes Marques, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Francisco Luís Ferreira Bento e Abel Martins dos Santos Veloso. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Pedro Miguel Gomes Bastos e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** João Luís Lima de Moraes.-----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Ana Cláudia Figueiredo de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituída por José Lucas da Silva. -----

----- Maria Cristina Alves Campos, que justificou a sua ausência e foi substituída por André Bernardo. -----

----- Maria Manuela Silva Correia de Brito e Nunes Santos, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Manuela Maia. -----

----- Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, que pediu suspensão de mandato por dez dias e foi substituída por Abel Veloso.-----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que havia o seguinte aditamento à ordem de trabalhos atempadamente distribuída: -----

----- “*Ponto 11 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo e gestão do Complexo Desportivo Municipal de S. João de Brito entre a Freguesia de Alvalade e o Clube de Rugby São Miguel, nos termos da Proposta nº 290/2015;*” -----

----- Submeteu à votação o **pedido de suspensão da Membro Mariana Teixeira**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguesa Ana Bastos** fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Eu sou moradora na Rua Infante Dom Pedro, do lado da PT. Após terem sido feitas as obras lá na rua verificou-se que o estacionamento piorou. Há moradores que estacionam na via, num estacionamento abusivo. Este estacionamento dá-se a partir das sete da tarde e durante o fim-de-semana.*-----

----- *Já se tem feito vários pedidos no site da Câmara Municipal de Lisboa para verificarem a situação e vão verificar a situação durante o dia. Durante o dia não há, de segunda a sexta.*-----

----- *Eu tenho aqui umas fotografias que gostaria de deixar ao Senhor Presidente, para solicitar a vossa ajuda para a solução desta situação.* -----

----- *Também queria saudar finalmente estarem a fazer a montagem do elevador na passagem aérea da REFER. Devagarinho, mas está a ser construído.* -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha tomado boa nota e iria encaminhar para a Câmara Municipal de Lisboa com as fotografias. -----

----- Referiu que no dia anterior tinha havido uma reunião descentralizada da CML relativa às Freguesias de Alvalade e do Areeiro. Teria sido oportuno colocar o assunto lá, ou ter feito chegar essa informação um pouco mais cedo para que o tivesse referido na sua intervenção. No entanto, isso seria feito e não perderiam a oportunidade de encaminhar o assunto para o órgão competente. -----

----- Acompanhava a saudação em relação à colocação do elevador na passagem aérea da REFER e aproveitava a nota deixada pela freguesia para suscitar perante a Assembleia de Freguesia porventura a necessidade de futuramente deliberar, apenas depois das obras concluídas, um voto de saudação à EMEL por ter cumprido a palavra no momento em que informara a Assembleia de Freguesia, através da sua pessoa, que efetivamente a obra se encontrava em adjudicação. A Assembleia, desconfiando dessa informação, aprovara uma moção que tinha sido remetida aos órgãos da EMEL, que pelos vistos não se importunaram e continuaram a fazer o seu trabalho. -----

----- Era só para deixar nota que lhe parecia curial que a Assembleia de Freguesia desse disso conta. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 14 -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 14**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Informou que tinham dado entrada duas moções apresentadas pelo PCP e uma recomendação apresentada pelo BE. -----

----- **Membro João Morais (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- *A democracia representativa não é necessariamente excludente do exercício de formas de democracia participativa. Com efeito, o direito dos cidadãos de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos, está consagrado no artigo 48º da Constituição da República Portuguesa, podendo manifestar-se em “orçamentos participativos”, nos quais os cidadãos definem prioridades de investimento das autarquias, num processo de votação de projetos que vincula os órgãos autárquicos dentro dos limites de uma verba fixada previamente.* -----

----- *A afetação de parte dos orçamentos das autarquias à execução de propostas dos cidadãos é um instrumento na promoção do envolvimento dos cidadãos na dinâmica de governação das autarquias, na medida em que fomenta a participação cívica ativa dos cidadãos e das organizações da sociedade civil no processo de decisão de afetação de recursos às políticas públicas de âmbito local.* -----

----- *Considerando a importância em aprofundar os mecanismos de participação que vão para além do quadro da democracia representativa, constata-se a necessidade de encontrar processos que permitam aos órgãos autárquicos compreenderem melhor os anseios das populações para assim implementarem os projetos que melhor respondem às expectativas dos cidadãos.* -----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, nos termos regimentais aplicáveis, delibera o seguinte:* -----

----- *Recomenda à Junta de Freguesia que afete, anualmente, 5% das verbas orçamentais destinadas ao investimento a um “Orçamento Participativo”, para serem aplicadas num projeto escolhido livremente pelos cidadãos mediante processo de votação.* -----

----- *O Membro do Bloco de Esquerda – João Morais.* ----- ”

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que ao nível do Município o PS já tinha posto em prática a ideia do Orçamento Participativo e preparava-se para o fazer também a nível nacional e, portanto, tratava-se de uma ideia que lhe era bastante cara. -----

----- Na proposta do BE, pelas contas que fizera, estavam a falar de um valor de cerca de vinte mil euros, o que parecia uma quantia adequada para um início prudente. O PS via com agrado essa proposta e votaria a favor. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação apresentada pelo BE**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP e BE) e 8 abstenções (PSD e CDS-PP). -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *Saudação à luta do Povo Português na defesa e pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa.* -----

----- *Considerando que,* -----

----- *Ao longo de 4 anos os trabalhadores e o povo português ergueram uma imensa luta, uma luta que se ergueu contra a política de direita protagonizada pelo governo PSD/CDS de ataque aos direitos, aos rendimentos e às conquistas que a Revolução de Abril alcançou, uma política de exploração e empobrecimento, uma política à margem da Lei e de confronto com a Constituição da República Portuguesa (CRP).* -----

----- *Luta que foi levada ao voto e que teve expressão no dia 4 de Outubro, pela condenação eleitoral imposta à coligação PSD/CDS, constituindo não apenas uma derrota do seu governo mas também da sua política.* -----

----- *Durante todo este período, o povo português deu um sinal que aspira a uma mudança de política.* -----

----- *No passado dia 10 de Novembro o governo PSD/CDS foi definitivamente derrotado. A sua derrota é uma vitória da luta dos trabalhadores e do povo, demonstrando que vale a pena lutar e resistir à resignação e ao conformismo.* -----

----- *Numa clara tentativa de subverter a CRP, a injustificada delonga do Presidente da República, perante a inequívoca vontade soberana do nosso povo refletida numa nova maioria de deputados na Assembleia da República, apenas procurou suportar à força um governo PSD/CDS já derrotado.* -----

----- *Um governo derrotado e em funções de gestão que provou mesmo nessas circunstâncias não respeitar a Lei fundamental do país, na senda do cumprimento de uma agenda privatizadora – bem plasmado no processo de privatização da TAP – e de ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo português, contando com a cumplicidade do atual Presidente da República.* -----

----- *Existe hoje uma maioria formada na Assembleia da República que pode contribuir para recuperar direitos dos trabalhadores e do povo, no cumprimento da Constituição da República, nomeadamente no que respeita ao emprego, aos salários, reformas e pensões (pela sua reposição e valorização); no direito à mobilidade (pela reversão dos processos de concessão e privatização das empresas de transportes terrestres – destaque para a Metro e a Carris); na garantia de melhores condições de acesso ao direito à saúde, à educação e às prestações sociais; no respeito pela autonomia*

financeira e administrativa do Poder Local Democrático no sentido de responder aos seus objetivos, no âmbito das suas atribuições e competências. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida no dia 3 de Dezembro de 2015, delibera, -----

----- 1 – Saudar a persistente e justa luta dos trabalhadores e do povo português contra a política de confronto e desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, pela mudança e a concretização de uma política que cumpra com o que a mesma consagra nos vários planos: político, económico, social e cultural. -----

----- 2 – Exortar o poder autárquico a desenvolver ações que promovam a Constituição da República Portuguesa, com especial incidência durante o ano de 2016, ano em que comemorará o seu 40º aniversário. -----

----- Os eleitos da CDU – Pedro Bastos e Aquino Noronha. ----- ”

*----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Saudação à luta do Povo Português na defesa e pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PCP e BE), 8 votos contra (PSD e CDS-PP) e 1 abstenção (PS). -----*

*----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** apresentou o seguinte documento: -----*

*----- **Moção** -----*

“----- Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e gestão de resíduos -----

----- Considerando que: -----

----- O acesso à água se trata de um direito fundamental (assim expressamente reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da resolução A/RES/64/292) e que se foi transferindo esse estatuto para o plano da mercantilização, procurando substituir o serviço público pelo privado e o acesso público e universal pelo lucro. -----

----- A privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), a alteração à Lei de Delimitação de Sectores, a alteração dos estatutos jurídicos da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), e por fim, a alteração ao Regime Jurídico dos Serviços de Âmbito Municipal de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos, vêm claramente retirar a gestão destes sectores às autarquias, a quem mais sabe gerir o bem público e quem mais conhecimento e experiência técnica e local possui, junto das populações. -----

----- Tais alterações vão permitir a privatização pura e simples, dos sistemas multimunicipais de resíduos, e a fusão dos sistemas multimunicipais de Águas e Saneamento, com o objetivo de entrega de toda a gestão a privados. -----

----- Por fim, dar poderes de fixação das tarefas destes bens e serviços – enquanto gestão municipal – a uma entidade externa ao Município, sem qualquer conhecimento das especificidades de cada região, e das suas populações, representa uma clara violação dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, no que diz respeito à autonomia do Poder Local. -----

----- Como passo no processo de privatização, a reestruturação do sector da água que funde sistemas e aumenta o preço da água para a generalidade dos consumidores, retira dimensão interventiva às autarquias. -----

----- O processo em curso é um modelo de governação dos serviços que deixa antever ameaças à natureza e à prestação de um serviço público ao serviço das populações, no desenvolvimento dos concelhos, das regiões e do País, a um acentuado e injusto aumento de tarifas e à degradação do emprego e dos direitos dos trabalhadores. -----

----- A extinção dos sistemas existentes está associada à criação da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ADLVT) que agrega 84 municípios, que são também accionistas, e que foi concessionada à EPAL. -----

----- Mas associado a este processo e previsto no atual quadro legal estão os aumentos, até 2020, de grande dimensão para os serviços de água, saneamento, e resíduos, que nos municípios do Distrito de Lisboa os aumentos oscilam entre 30% e 78%, o que constitui um esbulho aos rendimentos dos cidadãos. -----

----- A água que é comprada pelos Serviços Municipais à EPAL prevê-se que poderá aumentar 19% até 2020, e poderá aumentar já 7,7% em 2016. -----

----- O tratamento de esgotos poderá ter um aumento de 12% até 2020 e aumentará cerca de 10% em 2016. -----

----- A acrescentar a estes aumentos haverá ainda que prever que a taxa de tratamento de resíduos sólidos, já privatizada, que aumentará também cerca de 4,6%. -----

----- Assim em Lisboa: -----

----- O controlo e distribuição do abastecimento de água é da responsabilidade da EPAL; -----

----- Ficando o tratamento de esgotos e recolha de resíduos na esfera de responsabilidade do município; -----

----- Por imposição legal, através da aprovação dos novos estatutos jurídicos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), o Município de Lisboa teve de adaptar os tarifários, acabando com a taxa de conservação de esgotos (aplicada diretamente aos proprietários) e criando duas novas taxas, de saneamento e resíduos sólidos, cobrada na fatura da EPAL, aplicada a todos os consumidores; -----

----- O que levou a um aumento deneralizado do tarifário, altamente penalizador para a população. -----

----- Mais grave ainda é a situação de Lisboa, uma vez que a EPAL faz parte do Grupo Águas de Portugal, correndo-se assim o risco, caso não haja uma inversão das políticas de privatização de todo o sector público essencial, de a mesma vir a ser privatizada. -----

----- Ficando assim os privados detentores do controlo de abastecimento de água na Capital do País, sendo de esperar um ainda maior aumento das tarifas cobradas aos lisboetas. -----

----- Considerando, por último, que este é todo um processo, eixo de um caminho há muito idealizado, que não serve as populações e muito menos o país (quer seja ao nível social, económico, ou financeiro), sendo que os sectores da água (abastecimento e saneamento) e da gestão de resíduos, pela importância que têm para as populações e para o país, deveriam receber do Estado um apoio no investimento e no sentido de garantir o igual acesso de todos a estes serviços, representando por isso sectores que não poderão, nunca, ser elitizados ou objeto de concessões ou privatizações que criariam ainda mais agravadas desigualdades sociais, hoje já existentes fruto da atual situação que o país atravessa. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, tendo isso em conta, reunida no dia 3 de Dezembro de 2015, delibera: -----

----- 1 – Manifestar a sua oposição a todo o processo que levou à concretização deste novo Sistema, que desde o início foi feito em profundo desrespeito pelos municípios e à revelia das atribuições do Poder Local, expressando a sua veemente defesa dos serviços públicos de água, saneamento e gestão de resíduos; -----

----- 2 – Defender a gestão pública da água como forma de defender a sua universalidade, demonstrando solidariedade com as ações políticas e institucionais que possam vir a ser tomadas pelo município no sentido de defender este princípio; -----

----- 3 – Apoiar todas as ações para reverter o processo de privatização da EGF/Valorsul – tratamento/reciclagem lixos;-----

----- 4 – Exigir ao governo a reversão dos aumentos previstos até 2020 disponibilizando-se para a participação nas ações institucionais que venham a ser promovidas no sentido de impedir esses aumentos;-----

----- 5 – Por último, exigir do poder autárquico que reafirme a rejeição da privatização da EGF e a recusa em aderir ao sistema de Águas de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- Lisboa, 3 de Dezembro de 2015 -----

----- Os eleitos da CDU – Pedro Bastos e Aquino Noronha. ----- ”

----- **Membro António Carvalheda (PS)** disse que apesar do PS estar de acordo em geral com o princípio enunciado na moção, tinha uma proposta de alteração para a retirada dos pontos 3, 4 e 5 da moção. -----

----- O PS entendia que ao nível da Assembleia de Freguesia não havia um conhecimento nem as ferramentas necessárias para se poder pronunciar de uma forma segura em relação ao que era dito nesses três pontos. Sendo assim, para votar a favor, pedia à CDU que retirasse esses três pontos. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que a retirada desses três pontos tirava muita da força à moção, mas se era esse o preço que tinham que pagar para manter o essencial daquilo que a moção dizia, então a CDU retirava esses pontos. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que ficava ligeiramente na dúvida sobre quais tinham sido efetivamente os pontos retirados. Uma vez que tinha havido uma alteração ao documento inicial, seria melhor que o PCP lesse a parte deliberativa. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** leu a parte deliberativa da moção, à qual eram retirados os pontos 3, 4 e 5. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e gestão de resíduos”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 11 votos a favor (PS, PCP e BE) e 8 votos contra (PSD e CDS-PP). -

----- Continuando, fez a seguinte **declaração de voto**: -----

----- “Eu ter-me-ia absterido também se não tivessem sido estes três pontos da última moção. -----

----- Absteve-me da anterior por razões que vos vou explicar muito sucintamente: tenho para mim que a gestão de uma Freguesia, não sendo ela despida de questões de ordem política, deve ater-se primordialmente às questões do interesse da população local. Sem ser vedada, bem pelo contrário, a capacidade da Assembleia de Freguesia de prestar homenagem aos eventos e às personalidades que entender por adequadas. -----

----- Entendi que a moção apresentada pelo PCP estava repleta de considerações que a meu ver extravasam em larga medida aquilo que são as nossas preocupações diretas, sobretudo tendo em conta que o mote era a celebração da Constituição da República Portuguesa. -----

----- No momento certo serei o primeiro subscritor, se tal circunstância ocorrer, da celebração da Constituição da República Portuguesa. Caso contrário não me parece, nunca me pareceu e não é específico desta função que com muito prazer e honra aqui exerço na Assembleia de Freguesia de Alvalade, mas sempre me absteve de declarações de tom proclamatório e de cariz macropolítico, que entendo que não são propriamente as mais adequadas para este fórum.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Informação Escrita tinha sido distribuída e, portanto, dispensava-se da sua leitura, que seria altamente fastidiosa uma vez que a sua extensão era incomparavelmente exagerada. Todavia, o público presente não tinha tomado contacto com ela, pelo que deixava a nota de que ela seria publicada no sítio eletrónico da Freguesia de Alvalade muito brevemente. -----

----- Deixava apenas três notas a propósito dos aspetos que entendia serem de salientar no contexto de um período razoavelmente curto, desde a Assembleia ordinária de setembro até à presente Assembleia. -----

----- Aproveitava para dar uma informação à Assembleia, que era competente para verificar o exercício de funções a tempo inteiro ou a meio tempo do Presidente da Junta. Do mesmo modo que na última Assembleia tinha levado ao conhecimento o exercício de funções a tempo inteiro, tinha a informar que no momento as exercia em regime de não permanência, tendo atribuído o tempo inteiro à Vogal Rosa Lourenço. -----

----- No contexto da Informação Escrita gostava de salientar com grande destaque o lançamento da primeira pedra da piscina do Campo Grande em setembro. Tivera no dia anterior oportunidade de visitar o contexto da obra, que avançava a grande ritmo. Previa-se cumprir os calendários e que no final do verão de 2016 pudessem ter esse equipamento histórico e de grande valor arquitetónico numa zona privilegiada da Freguesia a funcionar. -----

----- Sabia que o Estrelas de São João de Brito sentia esse equipamento como concorrencial, mas parecia-lhe que a atividade desportiva tinha espaço para todos e o Estrelas também tinha boas razões para continuar a empreender o esforço que empreendia no sentido da sua expansão, do desenvolvimento da sua atividade desportiva e acima de tudo da requalificação das suas instalações. Tinham saído derrotados mas muito nobremente e de cabeça erguida do último processo de Orçamento Participativo e não ficava bem com a sua consciência se não deixasse uma palavra pública de apreço pela energia cidadã que tinham empreendido nesse processo. Eram bem o exemplo de como deviam as organizações pugnar pelo financiamento das propostas que entendiam prosseguir em favor das comunidades, das organizações e dos cidadãos. -----

----- Por outro lado, queria fazer referência à discussão pública sobre o que gostaria que fosse feito no mercado de levante de Alvalade Sul. O relatório encontrava-se praticamente pronto, seria tornado público até ao final do ano. O conjunto das conclusões estava já razoavelmente consolidado e no dia anterior, na reunião descentralizada da Câmara, pudera tornar pública uma dessas conclusões, que era a Junta de Freguesia de Alvalade levar à Assembleia de Freguesia, depois de autorizado pela Câmara Municipal, a delegação de competências para a elaboração do projeto e para a execução daquilo que fora um projeto vencedor do Orçamento Participativo.-----

----- O compromisso que havia até ao momento em relação ao mercado de Alvalade Sul estava em condições de avançar e o quadro global da intervenção estava já razoavelmente claro, sem prejuízo de ser necessário elaborar um programa preliminar e a partir daí avançar com todas as fases de projeto até ao lançamento da empreitada.-----

----- Por último gostava de deixar uma nota a propósito da reunião com a EPAL, que fora presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, na sequência da moção aprovada na última Assembleia sobre os problemas relacionados com as obras de remodelação efetuadas pela EPAL. -----

----- As obras eram complexas, todavia estimava-se que acabassem dentro do calendário inicialmente previsto, não obstante o atraso que sofreram durante o verão. Apesar de tudo, desde essa reunião tinha sido um diálogo mais frutuoso.-----

----- O papel da Assembleia de Freguesia tinha sido decisivo no sentido de estabelecer uma articulação com a EPAL, despertara a atenção da administração que se deslocara para reunir com a Junta. A partir desse momento o diálogo tinha sido mais facilitado e estimava que a muito breve prazo a obra se encontrasse concluída, com substituição integral da canalização do bairro, que era tão antiga como o próprio bairro.-----

----- Trazia essa nota como elogio à Mesa e à Assembleia de Freguesia, pelo auxílio institucional que deram na chamada de atenção à administração de uma empresa pública que estava a comportar-se, do ponto de vista da gestão do espaço público, em padrões inferiores àqueles que a Junta empreendia nas suas próprias obras e que exigia que fosse o padrão de desenvolvimento de obras no espaço público no território da Freguesia. ---

----- Ficava disponível para esclarecer as questões que os Membros da Assembleia de Freguesia entendessem colocar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** reiterou aquilo que o Senhor Presidente da Junta tinha dito relativamente à intervenção da EPAL. Como se recordavam, aprovar-se por unanimidade uma moção na Assembleia de Freguesia desagradável para com a EPAL, relativamente à pouca consideração que tinha para com os fregueses nas obras e no atraso manifesto das obras.-----

----- Após a aprovação da moção por unanimidade na Assembleia, a EPAL agira com extrema celeridade, solicitando uma reunião com o Executivo onde tinha estado presente, até porque de alguma forma era quem tinha suscitado a moção. A EPAL tinha cumprido com tudo aquilo a que se comprometera na reunião, cumprira no tempo e no espaço. -----

----- Queria registar, em nome do *fair play*. Quando era para se criticar devia-se criticar, quando era para elogiar também deviam elogiar e nesse caso era de elogiar a atenção e a celeridade que a EPAL, empresa pública, manifestara face à posição de desagrado da Assembleia. -----

----- Todos, nas diferentes partes da Freguesia de Alvalade, podiam observar que a EPAL de facto prosseguira com rapidez os trabalhos, inclusivamente uma obra que era pesada e complexa na Avenida da Igreja. Ficava o seu reconhecimento pela forma conveniente como a EPAL tratara a manifestação de desagrado da Assembleia de Freguesia.-----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que, através do Senhor Presidente, o grupo do PSD queria fazer chegar à EPAL a sua satisfação pelas diligências tomadas e pela celeridade tida com o processo. -----

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** começou por, em nome do PS, dar os parabéns pelo site da Junta de Freguesia, pela qualidade da imagem, pelas suas funcionalidades e conteúdos. -----

----- Destacou a realização do evento “Dia Internacional Para a Erradicação da Pobreza”, que tinha sido uma iniciativa muito esclarecedora. O público ficara muito entusiasmado e gostava de saber se já havia perspectiva para um novo debate, se isso já estaria agendado. -----

----- Relativamente ao atendimento social de proximidade, gostava de saber quando se tinha iniciado e se conseguiam quantificar o número de processos abertos até ao momento. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ficava registada a referência do PSD e em próximas articulações com a EPAL seria transmitida a sua posição em relação à celeridade com que a EPAL tinha desenvolvido essa parte final das obras que estava a empreender. -----

----- Agradeceu os comentários da Membro Joana Medeiro, em especial relativamente ao site. Tinha sido um processo demorado porque se decidira empreendê-lo com alguma

exigência e dando informação a par e passo à Assembleia de Freguesia sobre o que estava a acontecer. Tinha-se feito um lançamento, que do seu ponto de vista fora um grande momento de ligação com a comunidade, com os *stakeholders* da Freguesia, os trabalhadores, todas as pessoas que conviviam de forma quotidiana com essa instituição. Tinham estado representadas quase todas as forças políticas na Assembleia de Freguesia, o que muito aprazia, e acima de tudo queria-se que fosse uma ferramenta quotidiana de contacto com os cidadãos e também dos titulares dos órgãos da Freguesia com a instituição. -----

----- No que se referia ao “Dia Nacional Para a Erradicação da Pobreza”, ele enquadrava-se não apenas no assinalar de uma determinada data, mas fora-se aproveitando para dar corpo a um conjunto de iniciativas relativas à iliteracia financeira, ao acompanhamento de pessoas em situação de insolvência ou pré-insolvência. Continuará com um conjunto de ações ligadas à iliteracia financeira e digital, muito em particular em relação do e-fatura, que era para a maior parte dos cidadãos e das cidadãs um instrumento difícil de utilização. -----

----- Aproveitou para lembrar que se não fizessem durante o mês de dezembro a validação de todas as faturas que estivessem carregadas no site da Autoridade Tributária não poderiam beneficiar das deduções fiscais que estavam habituados a beneficiar. A Junta de Freguesia estava a procurar empreender uma iniciativa respeitante a essa matéria no sentido de, em especial o sector sénior da Freguesia, que tinha mais dificuldade na utilização de interfaces tecnológicos no seu dia a dia, pudesse fazer alguma aprendizagem que permitisse pelo menos uma utilização elementar dessas ferramentas, para não serem depois penalizados no cálculo das suas contribuições fiscais. -----

----- Quanto ao atendimento social de proximidade, ele começara no mês de outubro, restavam ainda poucas inscrições mas em crescendo de um modo significativo. Já existiam em aberto 30 casos, 23 utentes do sexo feminino e 7 do sexo masculino, que estavam encaminhados. Alguns tinham sido já objeto de atribuições do fundo de emergência social ou do fundo social de Freguesia, outros tinham sido acompanhados por instituições da Comissão Social de Freguesia. Alguns tinham acompanhamento domiciliário, havia um número já significativo de visitas domiciliárias nesse âmbito. --

----- Como discutiriam num ponto da ordem de trabalhos, o entendimento era que seria necessário reforçar os meios humanos ao serviço desse equipamento social e também reforçar a estratégia de comunicação que permitisse mais pessoas reconhecerem a Freguesia como um interlocutor onde podiam procurar apoio de natureza social. -----

----- Sentia-se que, em face das necessidades identificadas no terreno, ainda havia pouca gente a procurar esse atendimento como porta de entrada para um conjunto de programas que já estavam em curso, designadamente o fundo de emergência social, o fundo social de Freguesia, o programa “Ferro de Soldar” e o programa “Renda Digna”. Todos eles tinham como porta de entrada o atendimento social de proximidade e, portanto, era fundamental que a estratégia do fundo social fosse do conhecimento da população e em particular da população mais carenciada, para que a Junta de Freguesia pudesse ter índices de execução da sua política social equivalentes às dotações que em cada ano tinha atribuído à ação social. -----

----- A Junta de Freguesia tinha os programas, tinha os recursos, mas ainda não conseguira chegar junto de quem mais precisava no sentido de informar que esses programas estavam em aberto e que a população a eles se podia candidatar. Do ponto de vista da literacia administrativa, essas eram as populações com maiores dificuldades em compreender o modo de organização das instituições dos poderes públicos, até na prestação desse tipo de apoio social. -----

----- Era um problema que constava das linhas de desenvolvimento estratégico que acompanhavam a proposta de Orçamento, onde se estava a colocar bastante atenção para que no próximo ano pudessem ter um nível de execução desses programas muito diferente daquele que tinham no momento. -----

----- **Membro Valdemar Salgado (PSD)** manifestou a sua satisfação pelo começo, finalmente, das obras na piscina do Campo Grande. -----

----- Perguntou ao Senhor Presidente da Junta se estava resolvido o problema crucial, que era o estacionamento para essa mesma piscina. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que a informação disponível era no sentido de que aquilo que mais atrasara o lançamento da empreitada tinha sido a questão do estacionamento. Não tinha de memória a solução técnica que ficara consagrada, mas podia averiguar e disponibilizar essa informação na semana seguinte. -----

----- O concessionário e a CML tinham chegado a acordo a esse respeito em estacionamento de superfície, no quadro de uma alteração posterior de funcionamento da circulação no Campo Grande, de ligação do Campo Grande à Avenida Santos e Castro, o que criaria uma possibilidade de alteração da circulação viária naquela zona.

----- O número de lugares não era muito significativo e, portanto, tinha sido possível a CML e o concessionário chegarem a acordo. Podia averiguar depois com mais detalhe a solução técnica e fazer chegar ao Membro Valdemar Salgado. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 283/2015, relativa à apresentação do Orçamento para 2016, subscrita pelo Presidente e pelo Tesoureiro;**

----- **2.1 – linhas de desenvolvimento estratégico; 2.2 – PPI; 2.3 – Orçamento de receita; 2.4 – Orçamento de despesa; 2.5 – Mapa de pessoal; 2.6 – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que apresentaria a proposta de Orçamento de forma muito sintética, uma vez que a estrutura global era muito semelhante à do ano anterior. Não podia deixar de ser assim, uma vez que o Orçamento do ano anterior já era baseado na informação do histórico da execução orçamental. Incorporava alguns dos projetos que já estavam em curso e que, alguns por competência própria e outros por competência delegada, tinham sido sucessivamente acrescentados e eram do conhecimento da Assembleia. -----

----- As linhas de desenvolvimento estratégico inauguravam uma nova etapa do funcionamento da Junta de Freguesia no ano 2016. Elas partiam da convicção de que o essencial da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa se encontrava já consolidado. Aquilo que não estava concretizado na sua forma final, ou já estava lançado, ou seria lançado através das autorizações que esperava vir a obter no decurso da Assembleia de Freguesia. -----

----- Debruçavam-se essencialmente no sentido de procurar melhoria contínua num sector que se encontrava já certificado do ponto de vista do sistema de gestão da qualidade, que era o sector da higiene urbana. Tinha-se autorizado o último elemento que faltava das linhas de desenvolvimento estratégico do ano anterior e estavam já a trabalhar na preparação das auditorias, interna e externa, de acompanhamento do sistema e nesse âmbito seriam definidas novas necessidades de melhoria que oportunamente iriam à Assembleia de Freguesia, se os valores ultrapassem as tradicionais delegações de competências. Se não tivessem compromissos plurianuais não haveria qualquer espécie de autorização necessária. -----

----- Por outro lado, o lançamento de um conjunto de procedimentos que já tiveram lugar ao nível do Executivo com vista a adequar melhor os mecanismos de resposta às ocorrências no espaço público em sentido muito amplo, em mobiliário urbano, nos pavimentos, na sinalização, etc. Havia procedimentos que iriam analisar do ponto de

vista do seu funcionamento, paralelos aos dos espaços verdes que se encontravam já numa fase mais oleada da sua execução. E já com o lançamento de algumas zonas não apenas de manutenção, nem sequer manutenção qualificada, mas mesmo de requalificação. -----

----- Como se tinha feito ao nível da envolvente das escolas básicas de Santo António e de Coruchéus, procurava-se identificar algumas zonas de requalificação do espaço público, designadamente um plano de melhoria muito significativa do conjunto dos parques infantis, a que se referira em anteriores Assembleias de Freguesia e que já estava em curso. A requalificação dos logradouros da Avenida dos Estados Unidos da América e cuja discussão pública tivera lugar na semana anterior, assim como outras intervenções de menor monta mas que eram também da natureza de requalificação. ----

----- A consolidação da ligação entre a oferta educativa e desportiva que se pretendia alargar, uma vez que se identificava como sucesso os programas curriculares de atividade desportiva que foram lançados, natação para os jardins de infância e a bicicleta no ensino básico. Havia o entendimento de que esse esforço participara também naquilo que fora o resultado nas Olissipiadas do ano anterior, tencionando-se disputar novamente a vitória, consagrando como a freguesia desportiva da cidade. ----

----- Num outro ponto de vista, estender a iniciativa curricular de ioga, designadamente poder aproveitar os resultados já conhecidos, especialmente em turmas onde havia problemas de disciplina, de que a intervenção do ioga escolar contribuía para a melhoria da concentração e do comportamento das crianças. -----

----- No essencial as linhas de desenvolvimento estratégico eram auto explicativas e, portanto, deixaria para a discussão qualquer aprofundamento adicional. Todavia, quanto ao mapa de pessoal a única alteração era na sequência do que tinha dito sobre o reforço da ação social, um técnico superior de serviço social a recrutar, provavelmente com mobilidade de outro organismo da administração pública, mas permitindo consolidar aquilo que era a atividade da ação social num quadro de grande estabilização do mapa de pessoal. -----

----- Encontravam-se em curso os concursos públicos de recrutamento. Tinha havido dois mil candidatos e estavam a ser apreciados os próprios pressupostos das candidaturas. -----

----- Essa circunstância colocava algum ónus sobre o orçamento da despesa, porque em paralelo tinham que estar cabimentadas as remunerações certas e permanentes das vagas que estavam no mapa de pessoal. Sabia-se que não iriam ser integralmente executadas, pela circunstância de 26 delas não estarem preenchidas. -----

----- Por outro lado, como nalguns sectores as vagas estavam temporariamente providas com prestadores de serviços em funções equiparadas às de assistente operacional, assistente técnico ou técnico superior, conforme os casos, havia uma duplicação nessas vagas dos custos com pessoal. Depois, assim que fosse oportuno, nas sucessivas alterações orçamentais de competência do Executivo, seriam ajustadas em função de cada mês de remunerações certas e permanentes que não fosse efetivamente executado. Era o que se tinha feito até ao momento, uma metodologia que já era do conhecimento da Assembleia de Freguesia e que se continuaria a fazer. -----

----- **Membro Pedro Bastos (PCP)** disse que tinha uma questão relativamente às linhas de desenvolvimento estratégico. No ponto 2.4, gostava de saber exatamente a que se referia. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que numa análise muito sumária ao Orçamento queria destacar e valorizar o reforço de verbas em áreas que lhe tocavam muito, nomeadamente o desporto e a educação, áreas sob a responsabilidade da CDU no Executivo, e também as áreas da ação social e da cultura. -----

----- Parecia que o Orçamento estava mais explícito, mais claro, nas áreas referentes a zonas verdes e equipamento. -----

----- Não queria deixar também de valorizar o facto de se fazer debate e discussão pública quando estavam envolvidos espaços públicos. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que não podia concordar com o Membro Aquino de Noronha. Se o Orçamento estava mais claro, não conseguia entender dessa forma. Podia haver alguns parâmetros que pareciam mais simples de interpretação, outros nem tanto. -----

----- Tinham-lhe surgido algumas dúvidas e o Senhor Presidente já tinha explicado em parte, mas a dúvida não ficara dissipada na totalidade e gostaria que fosse mais concreto, começando pelo mapa de pessoal de 2016. -----

----- O mapa de pessoal refletia no momento os 75 lugares preenchidos e estavam previstos para o próximo ano 107 lugares. Era um aumento de 40% dos recursos humanos e a pergunta era como iriam ser preenchidos, se era o concurso externo que estava a decorrer que ia preencher essas 32 vagas, se era com os tarefeiros e prestadores de serviços já existentes e que seriam integrados. -----

----- Podia dizer, fazendo contas por alto, que eram mais de 400 mil euros em tarefeiros no Orçamento de 2016. Queria saber se ainda estariam previstos mais tarefeiros ou se no Orçamento de 2017 deixaria de existir essa rubrica. -----

----- Um aumento de 40% do quadro de pessoal numa instituição de um ano para o outro e com necesssidades que, no seu entender, não eram assim tão prementes para aquilo que era a realidade de Alvalade, ficava com essas dúvidas todas e gostava que o Senhor Presidente explicasse. -----

----- No orçamento da receita, logo na primeira página, havia uma receita de bancos e outras instituições financeiras de 25 mil euros. Deduzia, se calhar erradamente, que esses 25 mil euros fossem maioritariamente de juros do capital deixado também pelos anteriores Executivos das extintas Juntas de Freguesia. -----

----- A dúvida maior era como podiam ter uma receita de juros apenas de 25 mil euros quando as extintas Juntas deixaram cerca de 5 milhões de euros, em números redondos. Perguntou qual era a taxa de juro para terem 25 mil euros por esse valor significativo, ou se já tinha sido gasto parte desse dinheiro. -----

----- **Membro Mário Rui Costa (PS)** recordou que estavam sempre a falar no apoio às populações, que tinham de fazer valer o dinheiro para que as populações fossem beneficiadas, e tinha de concluir que era isso que estava a ser feito. No orçamento de despesa havia uma redução de 21% nas despesas correntes e cerca de 8% nas despesas do Executivo. -----

----- Em contrapartida, havia um aumento de cerca de 20% na cultura e coletividades, 38% em educação e desporto e cerca de 28% em ação social, habitação, saúde e igualdade. -----

----- Com essa distribuição no orçamento de despesa estavam no caminho certo e era isso que as pessoas pediam de uma Junta de Freguesia, era que reduzisse onde podia reduzir, nas tais “gorduras”. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, respondendo ao Membro Pedro Bastos, esclareceu que era uma verba para acompanhar uma obra que não era da Junta, era da CML e estava programada havia longos anos. Desde que acabara a zona norte do Campo Grande estava previsto o lançamento da zona sul e a informação que tinha era de que seria em paralelo com a requalificação da piscina e, portanto, a Junta colocara a prioridade no acompanhamento dessa obra para ter a certeza que ela era feita adequadamente e que era devolvida aos cidadãos com a mesma qualidade, de preferência até um pouco mais de qualidade do que a da zona norte. -----

----- Quanto ao Membro Aquino de Noronha, partilhavam a visão sobre os reforços feitos no desporto e educação, ação social e cultura. Saudava a CDU por reconhecer também a importância do orçamento da cultura, o que na partilha de responsabilidades no Executivo era por vezes foco de alguma tensão, ou de algum pequeno ciúme entre os Vogais do desporto e educação e da cultura, mas folgava em saber essa posição. -----

----- O Orçamento era efetivamente mais explícito e mais claro e não era por acaso. O trabalho que tinha sido realizado em conjunto com a equipa de revisores oficiais de contas permitia uma melhoria de procedimentos muito significativa e que se queria continuar a promover nos próximos anos relativamente ao modo de apresentação dos documentos. -----

----- Acima de tudo continuava-se a ter um comportamento que era reconhecido por todos os órgãos fiscalizadores. O relacionamento que já havia com o Tribunal de Contas era motivo de orgulho. Já se tinham obtido dois vistos prévios nas maiores responsabilidades que se lançaram junto desse Tribunal e o último fora obtido em onze dias, o visto prévio do pavilhão municipal da Freguesia de Alvalade no Fonsecas e Calçada, que tivera algumas interrupções para esclarecimentos mas no conjunto dos dias em que contava o prazo do Tribunal foram apenas onze os dias que o Tribunal de Contas demorara. -----

----- Já tinha lançado um desafio provocatório à Câmara, de procurar ultrapassar esse recorde de desempenho no âmbito da fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas. -----

----- Quanto ao espaço público e às zonas verdes, a maior clareza decorria também das circunstâncias de serem as verbas já adjudicadas em procedimentos celebrados no passado. Portanto, conhecia-se exatamente o valor que iriam ter despendido e poderiam até ter menos despesa se viessem a implementar sanções contratuais no âmbito dos procedimentos que estavam contratados. No entanto, sabia-se que era aquela a despesa exatável no âmbito do procedimento já adjudicado, visado pelo Tribunal de Contas e com contratos assinados e em vigor. -----

----- Em relação às questões levantadas pelo Membro Francisco Bento, tentaria por partes, uma vez que ficara perplexo com a sua intervenção. -----

----- Disse que o dimensionamento do mapa de pessoal não variava significativamente em dois anos. Na primeira Assembleia de Freguesia dimensionara-se o mapa de pessoal da Freguesia em 98 vagas e nas sucessivas revisões orçamentais fora-se paulatinamente alargando a identificação das necessidades, até ao último momento em que se decidira encetar um processo de resolução de todos os falsos recibos verdes nas auxiliares de ação educativa. -----

----- O dimensionamento que tinham estava assim havia bastante tempo e quem ouvisse falar o Membro Francisco Bento parecia que queria deixar a ideia de que de repente, de 2015 para 2016, estavam a pegar num mapa de pessoal com dimensionamento de 75 trabalhadores, que por acaso até eram 79, e de repente abria-se a torneira para colocar 107. No entanto, já estava com 106 desde abril e com a abstenção do Membro Francisco Bento, que tomara contacto com essa realidade e, portanto, era bom que tivesse alguma memória relativamente aos documentos que eram distribuídos paulatinamente no exercício do mandato autárquico. -----

----- A variação que havia era de um único posto de trabalho e, portanto, a ideia que se quisera passar era completamente equivocada em relação ao que estava em presença. -

----- Sobre o provimento concreto dos trabalhadores em vagas previstas no mapa de pessoal, era um tema que discutiam em todas as Assembleias de Freguesia, quase como quem ia fazendo um ponto de situação. Já tinha dito a toda a Assembleia, era mais do que público, que estavam abertos 26 concursos para provimento de 26 trabalhadores em

funções públicas. Alguns estavam colocados em regime de prestação de serviços mas podiam não ser os próprios, havia 2 mil candidatos. Se aparecessem candidatos provenientes da administração pública tinham uma preferência absoluta no recrutamento.-----

----- Havia as 26 vagas a preencher, algumas que estavam ocupadas por prestadores de serviços, outras que não estavam ocupadas de todo, como era o caso dos cantoneiros de limpeza e em que se tomara uma opção política de não recrutar naquele sector no regime de prestação de serviços. Era uma decisão política. Noutros sectores fizera-se de outra maneira, em função da natureza das características e do tipo de recrutamento.----

----- A decisão era clara, para prestar trabalho em funções públicas era com trabalhadores em funções públicas e isso recrutava-se por concurso através dos concursos que estavam a ser feitos. -----

----- Estavam muito adiantados nesse processo comparativamente com qualquer Freguesia na Cidade de Lisboa e qualquer que fosse o partido a governá-la, desse ponto de vista da estruturação do mapa de pessoal, do dimensionamento adequado às necessidades identificadas, da realização de concursos públicos com essa dimensão e magnitude. Não tinha qualquer reboço em dizer que estavam muito à frente de qualquer pelotão, de um conjunto de Freguesias da Cidade de Lisboa, estavam muito confortáveis nessa matéria. -----

----- Quanto aos bancos, instituições financeiras e juros, os 5 milhões só se tivessem IVA, porque eram 2,8 milhões. Isso era claro desde o primeiro Orçamento apresentado na Freguesia. Não sabia que histórias contaram, mas o que estava nos números eram 2,8 milhões. -----

----- De momento no saldo de gerência, se recordassem a Conta de Gerência votada em abril, estavam lá 6 milhões. Da acumulação dos 2,8 milhões no conjunto de duas Freguesias em doze anos, a Freguesia de Alvalade já tinha feito mais de poupança em dois anos do que o conjunto das outras duas em doze anos. Portanto, quanto a essa questão podiam rir-se se achassem graça e já se iriam rir mais sobre essa matéria dos juros. -----

----- De momento havia os 6 milhões porque não tinham trabalhadores em funções públicas para um mapa de pessoal que era cabimentado com um conjunto de 107 trabalhadores e havia um nível de poupança excessivo feito às custas dos trabalhadores que estavam na Junta e do conjunto dos Membros do Executivo. Portanto, a parcimónia ao nível das despesas correntes e a circunstância de ainda não se terem realizado pagamentos no âmbito dos processos de investimento mais em curso, como aqueles que iriam autorizar e outros que já estavam visados pelo Tribunal de Contas mas ainda não estavam pagos, havia um rigor do ponto de vista dos dinheiros que era incomparável com outras Freguesias ou mesmo com o passado.-----

----- O dinheiro era para usar em favor do desempenho das funções que estavam acometidas à Junta de Freguesia de Alvalade, que não era um banco, não era um sítio para ter dinheiro amealhado a investir em sectores financeiros. Era para fazer políticas públicas e felizmente a Junta de Alvalade tinha projetos suficientes para avançar, mas também tinha a tentativa de procurar chegar a 2017 com um saldo equivalente àquele que se encontrara, para não dar o prazer de usarem como argumento ter havido qualquer toque no “porquinho” relativamente ao qual tinham tanto carinho de terem deixado, que era menor do que o “porquinho” que o atual Executivo já gerara. -----

----- Esses juros, por mais que outros juros noutras épocas fossem um pouco melhores, juros à banca comercial em depósitos a prazo eram perfeitamente normais com taxas que se conseguiam obter em juros dessa natureza atualmemnte.-----

----- Disse que o Executivo não investia em futuros de obrigações alemãs, não investia em produtos financeiros com risco. Na antiga Freguesia de Alvalade tinham de facto uma grande mestria financeira e não havia dúvida quanto a isso, mas do seu ponto de vista pôr dinheiro público em produtos estruturados, designadamente em futuros de obrigações alemãs, era indecoroso. -----

----- Já tinha dito no início do mandato que era parcimonioso relativamente às considerações que fazia do passado. Havia quem o tivesse acusado do contrário nessa altura. -----

----- Os juros seriam aqueles que os depósitos a prazo em banca comercial permitissem. Não andariam a jogar ao casino com dinheiros da Junta de Freguesia, isso assegurava. Essa era também uma diferença importantíssima relativamente ao que era o conjunto da gestão financeira da tesouraria no passado e não se estava a referir às Freguesias do Campo Grande e São João de Brito. -----

----- Recomendava a leitura dos documentos de execução de despesa e os documentos de previsão orçamental do atual Executivo, memória, bom estudo e conhecimento do passado, porque ao fim de dois anos não havia já comparação na forma como era gerido o dinheiro público na Junta de Freguesia. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que os 79 elementos que tinha o quadro eram 75 mais 4 e por isso referira os 75, não estava a contar com os da mobilidade. Não era por não ter visto, felizmente via bem. -----

----- Perguntou se iria haver ou não mais despesa com recursos humanos e se havia de facto necessidades para preencher 32 lugares. -----

----- Disse que estavam num mandato de 2013 a 2017 e independentemente do que tinha sido feito nas outras Juntas de Freguesia no passado, que por acaso tinham sido dirigidas por companheiros seus, o investimento feito em futuros, fossem eles alemães, chineses ou noruegueses, resultara num factor positivo para os fregueses de Alvalade. Ninguém tinha levado o dinheiro para casa, ele tinha ficado para gestão do Executivo no mandato seguinte, o mandato em curso. -----

----- O Senhor Presidente da Junta, ao referir-se aos Membros da Assembleia e principalmente os do PSD que estiveram em Executivo, tinha roçado quase a indignação, de que essas pessoas teriam feito algum ato macabro e violado algum princípio sagrado. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que a questão tinha a ver com um problema dos investimentos em futuros, não era uma questão de serem alemães ou chineses, não tinha a ver com a nacionalidade. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que o Membro Mário Branco não o tinha ouvido dizer que privilegiava os futuros, porque não tinha dito isso. O que tinha dito era que o anterior Executivo da Junta de Freguesia não deixara dívida. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que tinha tudo para correr mal. -----

----- **Membro Diogo Carvalheda (PS)** disse que a questão era investir em produtos que não tinham garantia de capital e que não era a maneira mais segura de estar a alocar fundos públicos, em ferramentas financeiras que não tinham garantia de capital. Felizmente correria bem, mas podia ter corrido mal e havia exemplos das coisas correrem mal durante a crise de 2008, tendo todos sofrido as consequências disso. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que todas as despesas com pessoal adicionais às que resultavam do mapa eram casos de prestação de serviços que tinham uma natureza de prestação de serviços. Isso existia, designadamente com fornecimentos e serviços externos e todo o conjunto de pessoas que desempenhavam atividades na Junta de uma forma não permanente, designadamente os monitores das atividades que a Junta proporcionava e que, não sendo atividades com uma natureza de exercício de

funções públicas, a Junta continuaria a prestar através de recurso a prestação de serviços.-----

----- Esse dimensionamento era exatamente idêntico àquele que se herdara do passado. Aliás, os próprios protagonistas eram no essencial os que transitaram do passado e isso continuaria a existir, fazia parte da oferta da Junta de Freguesia.-----

----- Não se lançaria um concurso público para o recrutamento de uma professora de ioga, não se lançaria um concurso público para o recrutamento de uma professora de pintura, nem de um professor de ginástica, se fosse para prestar três ou quatro horas por semana.-----

----- Não desconfiava da capacidade dos contratos públicos para contratar o que quer que fosse. Também nesse aspeto se tinha estreado esse tipo de procedimentos e era uma coisa de que se orgulhavam.-----

----- Pediu que não se desvalorizasse aquilo que tinha dito, que não era passível de ser desvalorizado. A circunstância de se fazer numa entidade da administração pública, sujeita ao princípio da especialidade, decorrência do princípio da legalidade, não tendo quaisquer atribuições para gerir a sua tesouraria com risco de capital, investindo em produtos financeiros estruturados com dinheiro dos outros, dinheiro de todos, não era passível de qualquer espécie de desvalorização. Do seu ponto de vista colocava sérias dúvidas em termos de legalidade e sobre a ética não tinha dúvidas nenhuma.-----

----- Consagrando uma expressão conhecida na praça, tinha havido uma evangélica paciência para o estilo e para o conteúdo de oposição que o PSD escolhera fazer na Assembleia de Freguesia, mas sabia quais eram as diferenças das condutas nesse domínio da contratação pública, no domínio da gestão dos dinheiros públicos, no domínio das opções relativamente à tesouraria.-----

----- Tinha ouvido falar os Membros da Assembleia e suscitaram-lhe essas memórias, que partilhara com todos e tornara público. Se achassem que elas não eram adequadas, que não eram corretas, que não se passaram, fariam a gentileza de encetar as ações que entendessem para corrigir as suas afirmações, mas tinha a capacidade de documentar tudo aquilo que acabara de dizer.-----

----- Se não percebiam essa diferença, a circunstância de uma entidade da administração pública, designadamente uma autarquia local, não andar a gerir a sua tesouraria através do recurso a produtos bancários desse tipo, o problema não era do Executivo.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando que ninguém se opunha a uma votação em bloco, submeteu à votação a **Proposta nº 283/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS e PCP) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP e BE).-----

----- **Ponto 3- Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 284/15 relativa ao pedido de autorização da Assembleia de Freguesia de assunção de compromissos plurianuais com vista à decisão de contratar a aquisição de uma lavadora e duas varredoras, subscrita pelo Presidente;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era uma aquisição prevista nas linhas de desenvolvimento estratégico e no Plano Plurianual de Investimentos de 2015. Era um processo tecnicamente bastante complexo, tratando-se de um concurso público com publicidade internacional. O seu valor ultrapassava a autorização prévia aprovada pela Assembleia de Freguesia em dezembro último e, portanto, tinha que ser apresentado o pedido de autorização à Assembleia para se poder, a partir do dia seguinte, carregar esse concurso na plataforma de contas públicas e ele seguir os seus trâmites até final.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 284/15**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Ponto 4 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 262/15 relativa à aprovação condicional de celebração de acordos coletivos de entidade empregadora pública com o SINTAP e STML e submissão à Assembleia de Freguesia de autorização para celebração dos mesmos, subscrita pelo Presidente;

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que as propostas decorriam do aprofundamento das relações com as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores da Freguesia de Alvalade, designadamente dos sindicatos afetos à CGTP e à UGT, que apresentaram propostas de celebração de acordos coletivos de entidade empregadora pública que tinham sido negociados e discutidos com a Junta de Freguesia.

----- Do ponto de vista do Executivo, a celebração de acordos coletivos de entidade empregadora pública não era diferente de qualquer autorização para a celebração de acordos com quaisquer outras entidades externas à Junta de Freguesia. Portanto, era decisão do Executivo apresentar à Assembleia de Freguesia, uma vez que eles também ultrapassavam, do ponto de vista da sua duração e das eventuais perturbações, o período de vigência do mandato da Junta de Freguesia.-----

----- Eram instrumentos fundamentais no estabelecimento de adequadas relações, de concertação com as estruturas representativas dos trabalhadores, com o privilégio da negociação coletiva e da deposição por escrito daquilo que já eram práticas na gestão dos recursos humanos da Junta de Freguesia e designadamente as 35 horas semanais que resultavam de um acordo tripartido celebrado entre o Município, o SINTAP e as Juntas de Freguesia da Cidade, à exceção de poucas.-----

----- Essa situação ia-se praticando até chegar o Tribunal Constitucional e, no ver do Executivo muito bem, repor a legalidade nessa matéria, permitindo que as autarquias locais fossem soberanas do ponto de vista da conformação na gestão dos seus recursos humanos. Era o momento de consagração do amadurecimento da relação funcional com os trabalhadores da Junta de Freguesia, através das suas estruturas representativas. ----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que a CDU não podia deixar de se congratular com o facto de ter ficado expressa, finalmente, uma das questões que lhe eram mais caras, a consagração das 35 horas semanais.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 262/15**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP e BE) e 7 abstenções (PSD e CDS-PP).-----

----- Ponto 5 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 263/15 relativa à autorização, por via de respetiva decisão de contratar, de lançamento do Concurso Público para empreitada de “Corredor verde central – dinamização de espaços verdes – espaços do LNEC” – Proc. Nº 71/CP/JFA/2015, subscrita pelo Presidente;

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que a proposta resultava de uma delegação de competências do Município de Lisboa na Freguesia de Alvalade, aprovada pela Assembleia de Freguesia, e dizia respeito à construção de um circuito de circulação pedonal para ligação da Freguesia a norte, através dos espaços do LNEC.-----

----- Recordou que originariamente o financiamento dessa delegação de competências devia resultar de superavit, mas dada a alteração da Lei 56/2012 pela Assembleia, que extinguiu o conceito de superavit, seria financiada através de transferências do orçamento municipal para a Freguesia. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que tinha uma dúvida. Perguntou, sendo lançado o concurso público, que garantias teriam de que a Câmara Municipal iria transferir as verbas correspondentes. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que se a Câmara Municipal não transferisse as verbas, ao abrigo do contrato de delegação de competências, incorria

num incumprimento contratual passível de ser judicialmente garantido, mas esperava que não tivessem que chegar a esse momento.-----

----- Confiava que o contrato seria interpretado da maneira como as cláusulas nele contidas deviam ser interpretadas e estavam em diálogo com a CML sobre essa matéria. No âmbito da preparação do Orçamento para 2016, a Câmara Municipal tivera em consideração esses aspetos. Todavia, como em qualquer contrato, se a outra parte não cumprisse havia a execução coativa das obrigações, através dos instrumentos jurisdicionais existentes para o efeito.-----

----- Não havia nenhuma relação de dependência entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, eram duas entidades com total autonomia e personalidade jurídica distinta entre si.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 263/15**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS e PCP) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP e BE).-----

----- **Ponto 6 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 255-A/2015 relativa à autorização, por via de respetiva decisão de contratar, de lançamento do Concurso Público para empreitada de “Reformulação e beneficiação para a requalificação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito” – Proc. Nº72/CP/FA/2015, subscrita pelo Presidente;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa proposta resultava também da delegação de competências do Município de Lisboa na Junta de Freguesia de Alvalade, aprovada pela Assembleia de Freguesia. Tinha sido reforçada por decisão também da Assembleia de Freguesia nos sucessivos processos orçamentais e na sua planificação plurianual esse projeto já se encontrava, fortemente reforçada por investimento da Junta de Freguesia.-----

----- Cumprimentou a direção do Clube de Râguebi de São Miguel, em particular o seu Presidente, porque tinham chegado a um momento decisivo da consagração de um projeto para o qual se bateram e que também através do Orçamento Participativo da Câmara conseguiram consagrar. Estava de parabéns o Clube de Râguebi de São Miguel pelo esforço empreendido.-----

----- Era o último passo burocrático para o avanço da empreitada, para que se pudesse lançar a primeira pedra em 2016 e acabar a obra previsivelmente em 2017, com uma grande instalação desportiva para a Cidade de Lisboa, em particular para a Freguesia de Alvalade e muito em especial para o São Miguel, que era um clube que orgulhava a Freguesia não só nos seus resultados desportivos, mas também na sua cultura e na forma como transportava a vida de bairro, do Bairro de Alvalade em particular, pelo País e até por outros países da Europa.-----

----- Era com grande agrado que apresentava a proposta, para que a Assembleia autorizasse a repartição de encargos no âmbito do compromisso plurianual.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 255-A/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade e aclamação**.-----

----- **Ponto 7 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 258/2015 relativa à ratificação pela Assembleia de Freguesia de Alvalade, para os devidos efeitos previstos na alínea d) do nº 1 do artº 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os termos, condições e para a atribuição de espaços a parceiros da Junta de Freguesia ou a sua alocação à exposição do resultado de atividades da própria Junta de Freguesia do Mercado de Natal 2015, subscrita pelo Presidente;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o que dizia respeito à Assembleia era só a fixação do valor da taxa. Na proposta em concreto a opção fora pegar numa rubrica do

Regulamento de Taxas Municipal e adequar-lhe uma estrutura de descontos que permitisse diferenciar em primeiro lugar a diferente natureza das atribuições, porque os espaços não eram todos iguais. Existiam espaços de três por três, que podiam ser utilizados por utilizador só ou partilhados, existiam espaços dois por dois, existia a possibilidade do candidato levar a sua própria estrutura.-----

----- Havia também a necessidade de diferenciar os comerciantes e artesãos que fossem da Freguesia, considerando-se também da Freguesia os associados da Associação de Artesãos de Lisboa, por ter sede na Freguesia de Alvalade. -----

----- A tabela era a que estava anexa à proposta, que lhe parecia de leitura bastante simples. Ficava à ratificação da Assembleia de Freguesia e não se tinha feito nenhum processo de cobrança antes dessa ratificação.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 258/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 259/2015 relativa à autorização de termos, condições e taxas para a atribuição dos espaços a parceiros da Junta de Freguesia ou a sua alocação à exposição de (lojas pop-up), subscrita pelo Presidente;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que a Junta de Freguesia decidira aproveitar alguns dos espaços sobranes do Mercado de Alvalade Norte. Tinha a esperança de vir a anunciar publicamente as soluções que estavam a ser negociadas com o Município para a requalificação do mercado, mas tratava-se de permitir uma utilização inovadora com diversidade durante alguns períodos. -----

----- Apropriara-se do conceito de loja pop-up, definira-se-lhe um conceito específico do ponto de vista da sua utilização no mercado, seria um espaço de uma banca durante um período não inferior a uma semana e não superior a oito semanas. Apropriara-se de uma rubrica de taxas do mercado municipal e apresentava à ratificação por parte da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 259/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 9 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 285/2015 relativa à autorização para a celebração de protocolo com a PSIJUS – Associação para a Intervenção Jurispsicológica, com sede na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, subscrita pelo Presidente;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a PSIJUS trabalhava no acompanhamento da psicologia forense e temáticas conexas e propusera à Freguesia de Alvalade uma colaboração que podia vir a tomar várias vertentes. Decidira-se propor à Assembleia de Freguesia a celebração do protocolo, com a vista a no futuro concretizar um conjunto de ações, designadamente o apoio a algumas intervenções de divulgação que podiam ter lugar na Freguesia e até de alguns parceiros nessa área poderem vir a dar apoio na Freguesia de Alvalade, em especial no âmbito da ação social e designadamente no acompanhamento a vítimas de crime, como violência doméstica e outro tipo de atividades criminosas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 285/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 10 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 288/2015 relativa à autorização para designação como auditor externo pela certificação legal de contas**

a entidade Telma Curado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para os anos de 2016 e 2017, subscrita pelo Presidente; -----

----- O Senhor Presidente da Junta referiu que se tinha levado à Assembleia de Freguesia esse pedido de autorização baseado num critério de preço e tinha sido a Telma Curado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas a apresentar a proposta mais favorável.-----

----- Do trabalho com essa Sociedade apercebera-se a Junta de Freguesia que o conjunto das recomendações periódicas implicava um processo de aprendizagem com os serviços no sentido de aprofundar e amadurecer os procedimentos de justificação de despesa e verificação da regularidade financeira.-----

----- Propunha-se à Junta de Freguesia que no médio prazo se pudesse aprofundar, sem prejuízo de no futuro se poder alterar, o que em ciclos era um aspeto desejável. Que se pudesse aprofundar num quadro um pouco mais alargado essa relação para que se pudessem recolher os aspetos de melhoria contínua. -----

----- Na apresentação da Conta, em Abril, teria já o relatório preparado pela Sociedade e a ideia era que houvesse uma solução de continuidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 288/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP e BE) e 7 abstenções (PSD e CDS-PP).--

Ponto 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo e gestão do Complexo Desportivo Municipal de S. João de Brito entre a Freguesia de Alvalade e o Clube de Rugby São Miguel, nos termos da proposta nº290/2015; -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que nos últimos dias se fizera um esforço grande de negociação com o Clube de Rugby São Miguel, para que ainda fosse possível aditar esse ponto à convocatória da Assembleia de Freguesia e não ser necessária uma reunião extraordinária da Assembleia, mas acima de tudo para que ficasse definido o quadro de gestão do complexo na sequência da empreitada. -----

----- A proposta já tinha sido distribuída numa Assembleia de Freguesia anterior e tinha sido retirada porque havia algumas reservas por parte da direção do Clube na altura. Entretanto acontecera uma alteração aos órgãos sociais, tendo alguns elementos continuado e outros sido substituídos.-----

----- O aspeto central de alteração relativamente à proposta que tinha anteriormente sido distribuída era quanto à possibilidade de se criar um modelo através do qual, com a garantia dos princípios da publicidade, da concorrência e da transparência, o Clube de Rugby de São Miguel pudesse concessionar espaços para atividades comerciais que admittissem criar receita suficiente para a sustentabilidade económica do equipamento e do clube que estava sob a sua gestão. -----

----- Em contrapartida, a Junta de Freguesia não cedera um aspeto que o clube pretendia e que tinha a ver com o financiamento dos fornecimentos de serviços essenciais, designadamente água, luz e gás. -----

----- A filosofia subjacente ao protocolo era a mesma de outras cedências já aprovadas e seria a mesma nas cedências que viessem a aprovar e que na gíria popular se caracterizava por “se estavam a oferecer as canas, a partir daí já não podiam oferecer o peixe”. Era uma responsabilidade que se passava para o Clube de Rugby de São Miguel, todavia reconhecendo que tinham de passar também as prerrogativas para que o clube tivesse meios e ferramentas para prosseguir com sucesso a atividade e porventura suplementar meios que transcendessem os que necessitava do ponto de vista corrente para a gestão do equipamento e que pudesse ainda parcialmente financiar o desenvolvimento da atividade desportiva. -----

----- Era essa a filosofia subjacente à proposta e gostaria que ela fosse em paralelo com o lançamento da empreitada. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que na generalidade concordava com o protocolo, mas havia uma pequena dúvida. No início, ao aparecer o processo, o PCP manifestara algumas reservas e até utilizara a frase de “ser um frete que a Junta estava a fazer à Câmara”, porque era a questão do Orçamento Participativo. Tudo isso era um assunto ultrapassado, mas o PCP ainda tinha uma reserva: Compreendia que o clube precisava de fundos para funcionar, mas o facto do complexo se ter transformado num complexo comercial. -----

----- Essa parte devia ser utilizada mais para aumentar a oferta desportiva, em vez de se poder vir a transformar mais tarde numa espécie de mini centro comercial. Deviam ser mais cuidadosos, mais incisivos, para evitar que isso viesse a acontecer. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 290/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, PSD, PCP e CDS-PP) e 1 abstenção (BE). ----

----- Continuando, saudou os presentes e desejou os maiores sucessos ao Clube de Rugby São Miguel. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO Jose Maria 2º.SECRETÁRIO José -

----- O PRESIDENTE -----

U. G. G. G.

